



QUESTÃO INDÍGENA

Levantamento mostra que os conflitos entre índios e brancos se espalham por 16 unidades da Federação. Confrontos, como o de Sidrolândia, fizeram, só no ano passado, 61 mortes. Antropólogos criticam a lentidão dos processos de demarcação de terras

Terras em disputa têm o tamanho de seis DFs

» RENATA MARIZ
» ÉTIORE MEDEIROS
» JULIA CHAIB

A morte do índio terena Oziel Gabriel em uma operação de reintegração de posse de uma fazenda em Mato Grosso do Sul, há pouco mais de uma semana, deu contornos trágicos a uma realidade que vai além das divisas daquele estado. Os conflitos envolvendo comunidades indígenas estão presentes em pelo menos 16 unidades da Federação. Em 76 municípios espalhados por todas as regiões do país, populações de diversas etnias disputam áreas com madeiros, fazendeiros, garimpeiros, empresas, assentados e até imobiliárias. A área disputada pelas comunidades tradicionais com não índios no Brasil corresponde a 35 mil quilômetros quadrados — seis vezes o tamanho do Distrito Federal.

O mapa dos conflitos, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), aponta que as situações de tensão atingem pouco mais de 50 mil índios. Eles vivem em terras já declaradas pelo Ministério da Justiça como de uso exclusivo daquela população ou que estão com a análise pendente na pasta — passo seguinte depois que a Fundação Nacional do Índio (Funai) identifica, por meio de estudo antropológico, que determinada terra é originária dos povos tradicionais. As peculiaridades do confronto dependem muito da região. Em municípios mais afastados, a briga, geralmente, é com fazendeiros e madeiros. Em terras mais próximas de áreas urbanas, entram em cena sem-terra e grileiros.

Para o secretário executivo do Cimi, Cléber Buzatto, está aumentando os ataques aos direitos dos povos indígenas. Dados da entidade revelam que 61 índios foram assassinados no Brasil em 2012, número que só foi superado em 2007, com 92 mortes. “Desde que o Código Florestal foi aprovado na Câmara dos Deputados, o alvo dos setores do agronegócio e da bancada ruralista no Congresso se tornou a legislação indígena”,

diz. Segundo Buzatto, algumas propostas de emenda à Constituição (PEC), como a 215 (que passa o poder de demarcação de terras do Executivo para o Legislativo), foram apresentadas com intuito de reduzir e dificultar a demarcação das áreas indígenas.

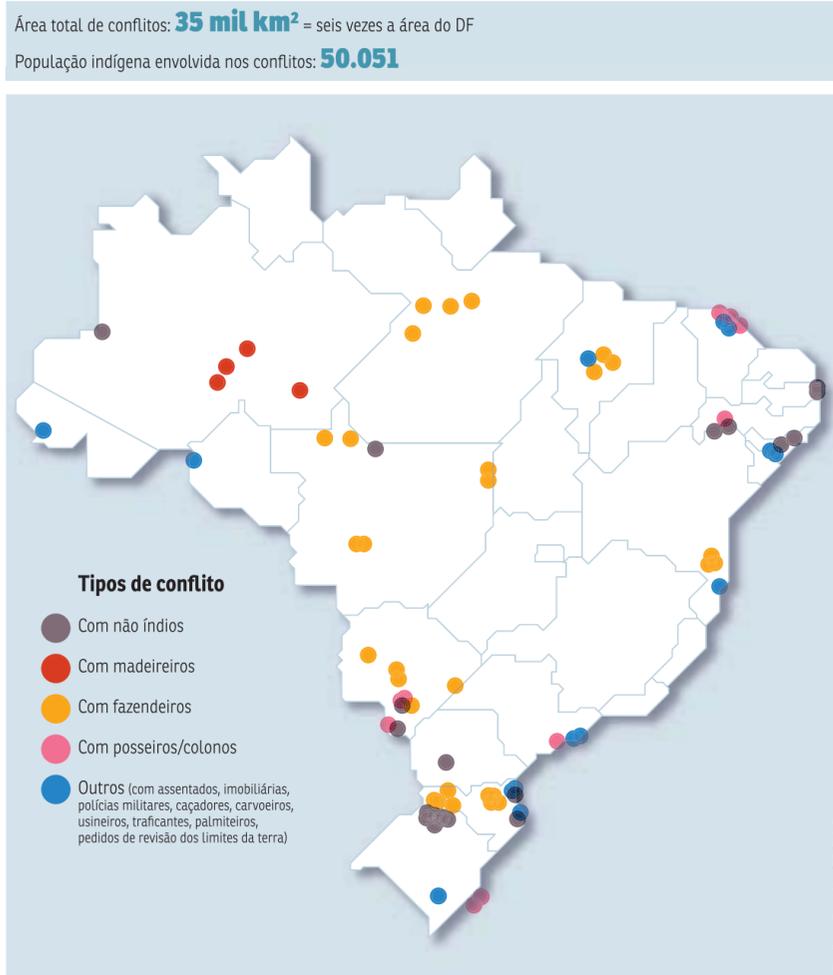
O coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia, João Pacheco de Oliveira, alerta para a situação de Mato Grosso do Sul, estado com maior tensão entre índios e não índios. De acordo com o levantamento do Cimi, o número anual de assassinatos de índios no estado frequentemente supera a soma das ocorrências desse tipo de crime em todas as outras unidades da Federação. Em 2012, foram 37 assassinatos no estado, contra 21 no restante do Brasil. Desde 2003, Mato Grosso do Sul contabilizou 319 assassinatos, bem mais que os 242 registros dos demais estados. “Naquele estado vivem os guaranis caiovas, segunda maior população indígena do país, além de povos de outras etnias. No entanto, o espaço destinado a eles não é suficiente”, explica. Pacheco cita também o sul da Bahia como uma área extremamente sensível, devido às plantações de cacau no local.

Burocracia

De acordo com dados da Funai, há 672 terras indígenas no país: 428 estão regularizadas; 12 homologadas; 51 declaradas; 30 delimitadas; e 115 em estudo. Segundo Buzatto, 98% das terras demarcadas estão na Região Amazônica. Com frequência, os processos de demarcação que, na lentidão natural da burocracia estatal podem levar mais de um década, acabam questionados na Justiça. O procurador da República no Pará, Felício Pontes, defende que os tribunais deem prioridade aos casos dessa natureza. “O julgamento rápido dessas ações tem de acontecer. A demora só acirra o conflito”, ressalta. Procurados para comentar os problemas, o Ministério da Justiça e a Funai não responderam à solicitação.

Um mosaico de conflitos

Saiba mais sobre os confrontos indígenas espalhados pelo país em terras identificadas e declaradas:



Burocracia

Conheça as etapas por quais passam as terras indígenas até serem regularizadas:

- 1 Identificação** – Fase de pesquisas antropológicas, históricas, fundiárias, cartográficas e ambientais que fundamentam a delimitação da terra indígena
- 2 Delimitação** – Os estudos foram publicados no *Diário Oficial da União* pela Funai e se encontram em análise pelo Ministério da Justiça
- 3 Declaração** – O ministro da Justiça publica uma Portaria Declaratória da Posse Tradicional Indígena, pela qual a classifica como de uso exclusivo dos índios. Após essa fase, as áreas são demarcadas, com marcos e placas colocadas ao redor da região
- 4 Homologação** – A terra tem os limites homologados por meio de Decreto Presidencial. Ocorre depois que todos os impasses judiciais foram resolvidos
- 5 Regularização** – Fase em que a área é registrada em cartório e no Serviço de Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, em nome da União

Fonte: Conselho Indigenista Missionário, atualizado em maio de 2013.

Direito de ser ouvido

O procurador da República no Pará, Felício Pontes, alerta para um direito que não tem sido respeitado pelo governo: a consulta prévia às comunidades tradicionais antes de qualquer intervenção em terras indígenas. É um processo solene e obrigatório. “Em relação aos mundurucus, não há qualquer ata do governo que afirme sequer que ele esteve em uma das comunidades. O processo não é simplesmente ir até o local e fazer uma reunião com a população”.

A etnia Munduruku será afetada por um complexo de usinas hidrelétricas previstas para os rios Tapajós e Teles Pires, e 32 comunidades poderão ser inundadas. Em setembro de 2012, os mundurucus expulsaram de suas terras técnicos que faziam estudos de impacto ambiental da Usina São Luiz do Tapajós. Eles alegaram que não tinham sido consultados sobre o empreendimento. Para garantir a continuidade da obra, com leilão previsto para 2014, o governo federal mobilizou, em abril deste ano, forças policiais e militares na Operação Tapajós, liderada pela Polícia Federal, que escoltou os técnicos na conclusão dos estudos na área.

Em Altamira, no Pará, a área destinada à usina de Belo Monte não adentra terras indígenas, mas o desvio previsto para o rio Xingu, segundo Felício Pontes, poderá trazer desequilíbrios ambientais e insegurança alimentar. “Este processo atingirá principalmente o trecho da Volta Grande do Xingu, onde vivem povos das etnias Juruna e Araras que consomem basicamente peixe, e a possibilidade é que 80% dos animais morram”. Para Cléber Buzatto, o caso de Belo Monte é o mais emblemático. “A questão naquele local vai muito além dos impactos de alagamento ou secamento do rio. Atinge o modo de ser, de produzir desse povos, a organização social deles.”

>> DEU NO www.correio braziliense.com.br

Para saber mais sobre essas notícias, acesse www.correio braziliense.com.br

Bandidos queimam vítima que só tinha R\$ 100 em São Paulo

Um analista de sistemas de 50 anos foi queimado por assaltantes na madrugada de ontem, em São Paulo, e está internado na unidade de terapia intensiva de um hospital da Zona Sul da cidade. O crime ocorreu na Vila Olímpia, também na Zona Sul de São Paulo. De acordo com a polícia, a vítima foi abordada por assaltantes após sacar dinheiro em um caixa eletrônico. Ao perceberem que o homem tinha apenas R\$ 100, os bandidos atearam fogo no carro dele. O motorista se salvou depois de se jogar do veículo. Ele foi socorrido por um taxista que passava no local. O bando fugiu e, até o fechamento desta edição, a polícia não tinha pistas dos criminosos.

Policia Militar é morto a tiros na Avenida Brasil

Um policial militar foi morto a tiros na noite de sexta-feira na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro. Renan Meireles, 24 anos, servia na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Mangueira, Zona Norte da capital fluminense. E voltava do trabalho quando parou em um posto de gasolina para conversar com um amigo. De acordo com informações do 16º Batalhão da Polícia Militar, o PM foi abordado por criminosos, que efetuaram pelo menos cinco disparos. A Divisão de Homicídios investiga o caso e deve pedir as imagens das câmeras de segurança do posto para verificar o ocorrido.

Conflito na Marcha da Maconha

Um confronto entre policiais e manifestantes marcou a Marcha da Maconha, que ocorreu ontem, na Avenida Paulista, em São Paulo. A confusão começou quando a polícia tentou prender um manifestante, após desentendimento com um agente. A revolta dos integrantes da marcha fez a polícia reagir com golpes de cassetete e spray de pimenta. Houve correria e confusão até a altura da esquina da Augusta com a rua Costa, quando a PM fez uma linha de contenção e a marcha foi retomada. Um homem foi preso por suspeita de porte de entorpecente. De acordo com o major Elcio Góes, comandante da operação, 150 policiais militares foram destacados para acompanhar a marcha. Cerca de mil pessoas participaram da manifestação.

Menina fica presa em escada rolante de shopping, cai e morre

A Polícia Civil de Canoas (RS), na Região Metropolitana de Porto Alegre, periciou, na manhã de ontem, a escada rolante de um shopping em que uma criança de 3 anos se acidentou na noite de sexta-feira. A menina chegou a ser internada no Hospital de Pronto Socorro de Canoas, mas não resistiu aos ferimentos e morreu na manhã de ontem. Segundo a administração do Canoas Shopping, a criança se encostou no corrimão de borracha, ficou presa no equipamento, foi puxada e acabou caindo do segundo para o primeiro pavimento. Segundo a polícia, a queda foi de uma altura de aproximadamente 5 metros. Um inquérito de homicídio culposo será aberto pela Delegacia da Criança e do Adolescente em Canoas para que as responsabilidades sejam apuradas.

Professor é preso por suspeita de estupro 18 meninas

Um professor de 44 anos foi preso ontem por suspeita de ter estuproado pelo menos 18 meninas, com idade entre 8 e 11 anos, em Goianira, a 32 km de Goiânia. Apesar de a maioria das vítimas já ter prestado depoimento e confirmado a denúncia, o professor do ensino fundamental negou as acusações. A polícia chegou ao homem após uma aluna criar coragem para delatá-lo. De acordo com relatos das estudantes, o professor dividia a turma de 35 alunos em dois grupos e, enquanto os meninos brincavam, ele abusava das meninas e as ameaçava para que mantivessem silêncio. O prefeito de Goianira, Randel Miler, informou que o suspeito foi aprovado em concurso e nomeado em dezembro passado. A prefeitura soube das denúncias há uma semana e o professor foi advertido, suspenso e exonerado do cargo.